

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	9
Introdução: Deus e a Bíblia	11
1. Deus e as Escrituras: uma perspectiva bíblica	23
A ação de Deus e suas palavras	23
O Antigo Testamento	23
O Novo Testamento	29
A pessoa de Deus e suas palavras	30
As palavras de Deus e as palavras humanas	38
As palavras de Cristo, a ação e a pessoa de Deus	43
As palavras de Cristo e as palavras humanas	47
As palavras de Deus e a Bíblia	52
2. A Trindade e as Escrituras: uma perspectiva teológica	59
O Pai e as Escrituras: o livro da aliança	62
A redenção e as Escrituras	62
A revelação e as Escrituras	72
O Filho e as Escrituras: as palavras da Palavra	81
Jesus e a Bíblia, ambos “Palavra de Deus”	81
A Escritura e a encarnação	89
O Espírito Santo e as Escrituras: a Palavra soprada por Deus	94
A inspiração das Escrituras	95
A preservação das Escrituras	107
A iluminação das Escrituras	111
Resumo	114

3. Atributos das Escrituras: uma perspectiva doutrinária	117
A necessidade das Escrituras	119
A suficiência das Escrituras	130
A clareza das Escrituras	140
A pregação e uma Bíblia clara.....	147
Interpretações distintas e uma Bíblia clara	149
Definindo a clareza das Escrituras	151
A autoridade das Escrituras	155
A natureza da autoridade bíblica	155
Inerrância e infalibilidade	158
4. A Bíblia e a vida cristã: aplicação da doutrina	
das Escrituras	171
O significado do <i>sola Scriptura</i>	171
As Escrituras e a comunidade cristã	183
As Escrituras e a pregação	189
O Espírito e a Bíblia	194
O Espírito e o pregador	198
O Espírito e o povo de Deus	203
As Escrituras e o cristão	205
A leitura individual da Bíblia em relação à leitura	
coletiva e à pregação	207
O objetivo da leitura bíblica	210
Resumo	215
<i>Índice onomástico</i>	219
<i>Índice de passagens bíblicas</i>	221

INTRODUÇÃO: DEUS E A BÍBLIA

Na denominação anglicana, da qual faço parte, é costume antigo que o leitor diga “Esta é a Palavra do Senhor” ao final da leitura pública da Escritura. No decorrer da história cristã, a visão amplamente predominante em relação à Bíblia é que ela é a Palavra viva e ativa de Deus. Dizer que a Bíblia é a Palavra de Deus é dizer, em outros termos, que “aquilo que a Bíblia diz Deus diz”. Neste livro, farei referência a essa visão de diferentes maneiras: ora como a visão evangélica da Escritura, ora como a visão cultivada pelos reformadores protestantes do século 16, ora, por vezes, como o ponto de vista ortodoxo. Quando, porém, me expresso dessa forma, essas diferentes definições não devem obscurecer o fato de que a convicção mais aceita sobre a Bíblia pelos cristãos sempre foi e continua sendo que ela é a *Palavra de Deus*.

Contudo, nem sempre é fácil defender essa visão da Bíblia diante dos críticos ou compreendê-la nós mesmos. Vi certa vez uma *charge* feita a lápis de um homem sentado sozinho em uma sala vazia, em uma cadeira que parecia desconfortável. Sobre seu colo havia um livro de tamanho absurdamente descomunal, cujo título era visível na lombada: *Breves notas sobre Levítico*. Ele estudava o livro com toda a atenção e tinha um aspecto sério e austero. Na legenda logo abaixo lia-se: “Chris, o calvinista, vivia só para o prazer”.

Sei que se trata apenas de uma *charge* (não estou levando em conta a observação injuriosa que a *charge* faz dos calvinistas,

com os quais faço questão de me identificar!). Todavia, ela põe o dedo em uma questão preocupante sobre a Bíblia que não está muito longe da realidade de diversos cristãos. Aliás, para algumas pessoas, esse é um problema que há tempos veio à tona, e elas tiveram de enfrentá-lo. Trata-se, na verdade, do seguinte: se insistirmos que a Bíblia é a Palavra de Deus, talvez prestemos tanta atenção à Escritura que acabemos por não dar a Cristo toda a atenção que ele merece. Esse seria um grande erro comparável ao pecado da idolatria (ou, conforme é chamado neste caso, “bibliolatria”: adoração do livro). Muitas vezes gostamos de pensar que nossos problemas e dúvidas são novos, mas é claro que isso raramente acontece. Essa preocupação com Bíblia e com Cristo já foi analisada ao longo dos séculos, conforme veremos.

A mesma questão básica pode ser formulada de diferentes maneiras: "Será que a plenitude da vida trazida por Cristo de fato exige que se dê atenção especial à Bíblia? A nossa nova vida no Espírito deve estar mesmo centrada no que parecem ser exercícios de compreensão dos textos bíblicos? Será que a alta conta em que temos a Escritura tem feito com que transformemos nossos encontros semanais de adoração em nada mais que uma série de pregações em que nos sentamos passivamente quando, na verdade, nossas reuniões deveriam ser alegres, participativas e animadoras? Mas Cristo veio nos chamar para ser seus discípulos e não ratos de biblioteca, certo? Por acaso não é verdade que Jesus dirigiu algumas de suas críticas mais duras a grupos como de fariseus e mestres da lei, censurando-os pela obsessão de interpretar com exatidão detalhes da Escritura, deixando passar as grandes realidades espirituais para as quais a Escritura lhes queria chamar a atenção? Portanto, a visão evangélica da Escritura, no fim das contas, é mais farisaica do que plenamente cristã?".

John Barton, estudioso da Bíblia, que tem como propósito discorrer sobre preocupações desse tipo, no intuito de incentivar as pessoas a se afastar da perspectiva evangélica da Escritura, expressou seu pensamento da seguinte forma:

a Bíblia não é primordialmente a Palavra de Deus, e sim Jesus Cristo. Não creio que encontremos um único cristão que discorde dessa proposição, porque fazê-lo seria incorrer claramente no que às vezes se costuma chamar bibliolatria: colocar a Bíblia acima do próprio Cristo [...]. Cristão não é quem crê na Bíblia, mas quem crê em Cristo.¹

É fácil encontrar cristãos que dizem ter abandonado a doutrina evangélica da Escritura porque acharam convincente o tipo de argumento acima. (Em alguns lugares, há pessoas que se referem a si mesmas como “evangélicos conservadores” e “pós-conservadores”). De fato, pode parecer impossível, à primeira vista, discordar do que Barton diz acima. Os cristãos certamente se relacionam com um Salvador, e não com um livro de papel e tinta. Nossa devoção deve se dirigir a um Senhor vivo, e não a palavras impressas em uma página. É claro que muitos cristãos, ao rerelem as palavras de Barton, logo se darão conta de que na última frase ele está nos impondo uma falsa dicotomia. Não temos de escolher entre “crer na Bíblia” e “crer em Cristo”. Como cristãos, somos chamados a fazer as *duas coisas*. Na verdade, um meio crucial pelo qual demonstramos nossa fé em Cristo consiste em crer também no que a Bíblia diz. Talvez o argumento mais objetivo nesse sentido comece pela observação do fato de que o próprio Jesus se referiu às Escrituras

¹John Barton, *People of the Book? The authority of the Bible in Christianity* (London: SPCK, 1988), p. 81, 83.

judaicas, nosso Antigo Testamento, como palavras de Deus. Portanto, se queremos ser fiéis a ele, precisamos estar certos de que nossa visão da Escritura seja a mesma que ele tinha.²

Isso nos leva ao ponto central do que estou tentando fazer neste livro: quero enunciar, explicar e defender o que estamos querendo dizer quando proclamamos (e realmente devemos proclamar) que a Bíblia é a Palavra de Deus. Sendo mais específico, quero lidar com essa questão da seguinte forma: *estou tentando descrever a natureza da relação entre Deus e a Escritura*. Por que, para sermos fiéis na adoração a Deus, temos de dar tanta atenção à Bíblia? Por que razão, para ser um discípulo fiel da Palavra encarnada, devo basear minha vida nas palavras da Escritura? Por que, para andar em consonância com o Espírito, preciso confiar na Escritura e obedecer ao que ela diz? E como podemos fazer tudo isso sem que adoremos um livro em vez de adorar o Senhor? O que estou oferecendo aqui, portanto, é *um esboço do que costumamos chamar de doutrina da Escritura*.

Esse esboço tem três componentes principais, cada um construído com base no anterior. O primeiro deles é uma *perspectiva bíblica*. Vamos olhar para dentro da própria Bíblia a fim de discernir a descrição que ela faz da relação, por um lado, entre Deus e Cristo e, por outro, entre as palavras por meio das quais eles falam e agem. Antecipando um breve resumo: veremos que as palavras da Bíblia constituem um aspecto significativo da *ação de Deus* no mundo. A relação entre Deus e a Bíblia está intrinsecamente vinculada às ações que Deus realiza por meio da Bíblia. (Afinal de contas, a palavra de Deus é viva e *eficaz*, de acordo com Hebreus 4.12.)

²Uma exposição clássica (e ainda muito útil) da grande importância que Cristo dava ao Antigo Testamento encontra-se em John Wenham, *Christ and the Bible* (Surrey: Eagle, 1993).

É importante que comecemos dessa maneira, com uma perspectiva bíblica, porque muitas vezes o que se escreve sobre a doutrina bíblica, seja a favor, seja como crítica ao ponto de vista evangélico da Escritura, começa em outra parte e não com a forma bíblica dos atos de fala de Deus. Essa forma diz respeito à história dos atos divinos de revelação e redenção no mundo. Ela se detém inicialmente em seu povo da aliança, em Israel, e, em seguida, chega ao clímax com o nascimento, a morte, a ressurreição e a ascensão de seu Filho, a Palavra encarnada, antes de se espalhar pelo mundo todo por meio do derramamento do Espírito Santo e da proclamação do evangelho. A afirmação de que “a Bíblia é a Palavra de Deus” deve ter uma relação inequívoca com o discurso e as ações divinas na história.

Escrever sobre a Escritura e não levar isso em conta geralmente resulta em um ou outro tipo de problema. Exemplos disso podem ser encontrados em escritos evangélicos conservadores conscientes cujo propósito é defender uma ou outra formulação histórica da doutrina da Escritura sem refletir seriamente sobre áreas em que essa formulação talvez exija uma reavaliação à luz da Escritura. Contudo, a marca distintiva da teologia protestante deve ser sempre sua adesão à máxima da Reforma: *ecclesia semper reformanda* (a igreja sempre se reformando). Outros autores abordam a Escritura de um ponto de partida teológico ou doutrinário. Suas obras podem proporcionar perspectivas legítimas, mas lhes faltam as âncoras bíblicas que cada aspecto da doutrina da Escritura requer para evidenciar sua coerência no âmbito da teologia sistemática, bem como sua conformidade genuína com o conteúdo do livro que pretende descrever e com as ações do Deus revelado nesse livro.³ Outros autores iniciaram sua obra sobre a Escritura com categorias

³Penso aqui em um livro mais recente e inspirador de John Webster, *Holy Scripture: a dogmatic sketch* (Cambridge: Cambridge University Press, 2003).

extraídas de fora dela e da teologia, geralmente com o objetivo apologético de atualizar essa doutrina, a fim de torná-la mais compreensível (e, em alguns casos, aparentemente mais crível) para uma nova geração em uma nova cultura.⁴ O fundamento bíblico inequívoco com que trabalharei tem como objetivo evitar alguns desses problemas.

Seguindo essa perspectiva bíblica, começarei a unir os fios em uma *perspectiva teológica da Escritura em sua relação com Deus*, detendo-me no papel da Escritura em relação a cada uma das Pessoas da Trindade. Na construção de qualquer aspecto da doutrina cristã, é conveniente seguir desse modo, passando de uma análise dos dados bíblicos para uma exposição teológica desses dados. Contudo, é muito importante deixar claro esses passos teológicos por causa da história da doutrina evangélica da Escritura em séculos recentes e também em virtude das críticas que normalmente lhe são dirigidas.

Boa parte dos escritos evangélicos conservadores sobre a Escritura dos últimos quatro séculos tem sido alvo de críticas por não ser, conforme se alega, verdadeiramente teológica quanto deveria. Em outras palavras, afirma-se que a doutrina da Escritura

⁴Lembro-me principalmente da obra de William Abraham sobre inspiração que, embora preserve a palavra “inspiração”, há tempos usada nas doutrinas evangélicas da Escritura, na verdade redefine a acepção teológica do termo de acordo com o uso regular em contextos vernaculares não teológicos (William Abraham, *The divine inspiration of Holy Scripture* [Oxford: Oxford University Press, 1981]). Meu livro anterior, *Word and supplement: speech acts, biblical texts and the sufficiency of Scripture* (Oxford: Oxford University Press, 2002), também foi criticado por alguns por depender em demasia de um conceito extraído da filosofia da linguagem, a saber, a teoria dos atos de fala. Contudo, minha intenção não era dizer que a filosofia da linguagem é capaz de proporcionar toda a base para uma completa revisão da doutrina da Escritura. Minha intenção era usar essa filosofia como ferramenta para apresentar um novo ângulo sobre a Escritura, que depois pudesse ser examinado por uma obra bíblica e teológica. Este livro é uma tentativa de fazer esse exame.

não se acha integralmente relacionada com as principais doutrinas cristãs: as doutrinas de Deus, de Cristo, do Espírito, da criação e da salvação. De fato, no período que se seguiu à Reforma protestante do século 16, houve uma mudança expressiva na forma pela qual a teologia evangélica era formulada. Os reformadores do século 16, em sua grande maioria, não dedicaram uma seção inteira à Escritura em seus escritos teológicos. Assim, as *Institutas da religião cristã* (1559), de João Calvino, não apresentam uma seção dedicada exclusivamente à Escritura. Em vez disso, ele lida com a Escritura em uma seção introdutória mais geral intitulada “O conhecimento de Deus, o Criador”. Já os teólogos do século 17 costumavam iniciar suas teologias sistemáticas com uma discussão introdutória a respeito da natureza da teologia (o que geralmente chamavam de “prolegômenos”), seguida por uma seção dedicada inteiramente à doutrina da Escritura. Só depois disso vinham as discussões sobre Deus, a Criação, Cristo e a salvação. Obras modernas de teologia sistemática evangélica muitas vezes seguem esse mesmo padrão.

Costuma-se dizer que isso representa uma grande porém equivocada guinada teológica na teologia protestante ortodoxa depois da Reforma. Afirma-se que a partir do século 17 desenvolveu-se uma doutrina da Escritura que se tornou fundamental para a teologia, expressa sobretudo em termos filosóficos e especulativos e distante do ensino bíblico sobre Deus e Cristo. Portanto, a teologia de várias gerações que vieram depois dos reformadores é muitas vezes acusada de discorrer a respeito da Bíblia sem perceber ou, no mínimo, sem deixar explícito, que não devemos fazer teologia ou teorizar sobre a Escritura sem partir diretamente do ensino da Bíblia a respeito do caráter e das ações de Deus. Todavia, essa visão da teologia nos séculos 17 e 18 tem sido objeto de críticas convincentes e judiciosas. Na verdade, os teólogos estavam mudando o *formato* com o qual escreviam

suas teologias, mas sem se afastar substancialmente das perspectivas teológicas básicas da Bíblia, que Lutero, Calvino e outros haviam enunciado.⁵

Não obstante, é provável que, desde o século 18, esse novo formato da teologia sistemática evangélica venha exercendo um impacto negativo não previsto sobre o pensamento evangélico popular. Muitas apresentações da teologia evangélica costumam começar discutindo a Escritura, e a discutem segundo tópicos doutrinários como a suficiência da Escritura, sua clareza e autoridade. Certamente não estamos dizendo que esses tópicos podem levar a equívocos. Mais adiante pretendo defendê-los e explicá-los. O problema, ao contrário, é que quando a doutrina da Escritura é apresentada principalmente dessa forma, isso pode, no mínimo, *dar a entender* que a Escritura não está relacionada com as grandes doutrinas centrais da fé cristã. Em pelos menos boa parte do ensino evangélico contemporâneo e do que se escreveu sobre a Escritura não houve muito esforço para mostrar, em forma e conteúdo, que tais acusações estão equivocadas. O possível resultado é que não

⁵Veja Carl R. Trueman; R. S. Clark, orgs., *Protestant scholasticism: essays in reassessment* (Carlisle: Paternoster, 1999). Sobre a teologia reformada e luterana do período pós-Reforma, veja respectivamente Richard A. Mueller, *Post-Reformation Reformed dogmatics*, vol. 2, *Holy Scripture: the cognitive foundation of theology* (Grand Rapids: Baker, 1993); Robert D. Preus, *The theology of post-Reformation Lutheranism: a study of theological prolegomena* (St. Louis: Concordia, 1970). O formato da teologia estava mudando no século 17 devido à necessidade de respostas às objeções cada vez mais sofisticadas à perspectiva da Reforma sobre a Bíblia por parte de católicos romanos e cétricos. As influências filosóficas da cultura ao redor também afetaram o modo pelo qual se acreditava que os argumentos teológicos deviam ser apresentados. De fato, os prolegômenos das teologias sistemáticas do século 17, embora lidassem com questões filosóficas e se apoiassem em conceitos filosóficos, de modo geral têm raízes inteiramente bíblico-teológicas. Portanto, mais à frente quando tratarmos da doutrina da Escritura, ela será apresentada sob uma perspectiva teológica, embora as discussões mais abrangentes sobre Deus, Cristo, o Espírito e a salvação venham apenas posteriormente.

fica muito claro para o crente por que exatamente a Bíblia deve ser tão central para a fé e, sobretudo, como é possível preservar essa centralidade sem que isso a leve a tirar a atenção de Cristo, tornando-se assim um foco idólatra de adoração.

De fato, se conversarmos sobre a Bíblia sem estruturar claramente o que dizemos sobre ela em torno das grandes doutrinas de Deus, de Cristo e do Espírito, observaremos duas coisas lamentáveis. Em primeiro lugar, a doutrina da Escritura pode começar a ganhar contornos de prefácio ou apêndice às doutrinas centrais da fé cristã expressas nos grandes credos da igreja. Nesse caso, pode parecer facilmente dispensável. (A maioria dos livros, afinal de contas, perde pouco de sua substância se for privada de seus prefácios e apêndices.) A doutrina da Escritura certamente *não* é dispensável, mas os evangélicos podem, às vezes, ao contrário de suas intenções, fazer parecer que seja. Essa é uma opção bastante atraente para os que têm uma experiência dolorosa resultante das polêmicas entre evangélicos sobre a natureza da Escritura e que, por causa disso, passaram a achar que, de modo geral, a ênfase em detalhes doutrinários acerca da Escritura leva a uma diminuição gradual da presença de Cristo na vida do cristão. É também atraente para aqueles cristãos que desejam permanecer em grande medida ortodoxos em seu entendimento de Deus, mas que discordam da doutrina ortodoxa da Escritura.

A segunda consequência lamentável de uma doutrina da Escritura isolada de outros ensinamentos centrais da fé cristã, e da estrutura narrativa da Escritura como um todo, é que ela pode se tornar uma doutrina aparentemente empobrecida e esqualida, sem raízes profundas nas riquezas da glória do caráter e das ações de Deus. Isso pode acontecer mesmo que a doutrina, analisada detalhe por detalhe, seja impecavelmente ortodoxa e bíblica. Até os que desejam de coração preservar essa doutrina poderão percebê-la mais como um acessório teológico interessante e necessário e não como parte da

essência da própria teologia. Ela acaba sendo uma espécie de limpeza preliminar do terreno antes da ação principal que é falar sobre Deus, como se ao enunciar a doutrina da Escritura estivéssemos dizendo pouco mais do que isto: “Vamos fixar as bases sobre as quais conversaremos sobre Deus [...] e é aí que entra a Bíblia. Esclarecido esse ponto, podemos nos dedicar a falar realmente sobre Deus”.

Poderá haver ocasiões na história cristã em que será certo começar uma teologia pela doutrina da Escritura, porque na cultura dominante, do ponto de vista da apologética, é importante lidar com questões que desde o início tratem da viabilidade do conhecimento de Deus. Contudo, a doutrina da Escritura é com frequência distorcida por esse enfoque e, portanto, o tipo de doutrina da Escritura que delinearemos tem como objetivo demonstrar que todos os seus aspectos são trabalhados, desde a base, pelo caráter e pelas ações de Deus, estando plenamente integrados ao ser e à ação de Deus, mas sem que um livro inerte ofusque o Salvador vivo.

Depois dessas perspectivas bíblicas e teológicas, aparece, em terceiro lugar, *uma perspectiva doutrinária* da Escritura. É nesse capítulo que discuto a Escritura em conformidade com os tópicos de modo geral mais conhecidos pelos evangélicos, a saber, a necessidade, a suficiência, a clareza e a autoridade da Escritura. Esses tópicos doutrinários certamente fluem de forma natural e necessária dos contornos teológicos e bíblicos da Escritura, e minha preocupação será demonstrar cuidadosamente que isso de fato acontece. Eles costumam ser chamados “atributos” da Escritura, e a perspectiva doutrinária procurará mostrar que não consistem em uma lista de qualidades abstratas atribuídas à Escritura por razões filosóficas questionáveis. Pelo contrário, trata-se de descrições oportunas e necessárias da Escritura à luz de sua função dinâmica e integral no âmbito das ações de Deus na história da redenção. Apresentarei uma definição de cada atributo em conformidade com os dados bíblicos e teológicos precedentes.

O último capítulo, de grande relevância, procura apresentar algumas áreas importantes em que a doutrina da Escritura por mim delineada deve ser *aplicada*. Analisaremos em primeiro lugar o famoso moto da Reforma, *sola Scriptura* (somente a Escritura) e, depois, mais especificamente, algumas questões básicas sobre o lugar da Escritura na comunidade cristã. Em seguida, as duas últimas seções: uma sobre a pregação à luz da natureza e da função da Escritura que estou descrevendo, e outra sobre o papel e os objetivos próprios da leitura da Escritura pelo cristão. Nessas seções, quero demonstrar de que modo uma boa doutrina da Escritura pode e deve estabelecer o modo pelo qual o cristão aborda a Bíblia no dia a dia com mais fidelidade, dinamismo e vida.

Para ajudar o leitor a acompanhar a doutrina da Escritura que irá se formar à medida que o livro for avançando, fui incluindo parágrafos com um resumo, geralmente no fim de cada seção principal.

Vale a pena chamar a atenção aqui no início para os textos teológicos em que mais me baseei. À medida que avançar na leitura, o leitor perceberá que o nome de certos teólogos aparecerá com mais frequência que outros, tanto no texto quanto nas notas de rodapé. São estes os quatro principais:

1. *João Calvino*, o grande sistematizador da teologia da Reforma no século 16.
2. *Francis Turretin* de Genebra, figura influente e destacada da teologia reformada a partir de meados do século 17.
3. *B. B. Warfield*, teólogo americano do fim do século 19 e início do 20, cujos textos sobre a Escritura foram determinantes para muitos debates sobre a Bíblia no último século, sobretudo nos Estados Unidos.
4. *Herman Bavwinck*, brilhante contemporâneo de Warfield, na Holanda.

Isso não significa que eles concordem uns com os outros em todos os detalhes; tampouco devem ser seguidos de modo servil em todos os pontos, uma vez que, como nós, eram falíveis. Também não estou insinuando que nada de importante a respeito da Escritura foi escrito depois da década de 1950; os textos de J. I. Packer, por exemplo, ajudaram muita gente a compreender a doutrina evangélica da Escritura nas últimas décadas e a se comprometer com ela. Contudo, os livros desses quatro teólogos mais antigos nos apresentam alguns pontos altos da história cristã no que se refere à explicação e à defesa da doutrina evangélica da Escritura. Portanto, em nossos dias estaremos em situação de carência para lidar com a Escritura e com os desafios contemporâneos que se colocam diante dela, se não estivermos alicerçados no pensamento de pessoas como as mencionadas acima.

De modo geral, portanto, este livro pretende descrever a natureza e a função da Escritura em termos explicitamente bíblicos e teológicos, bem como doutrinários. Proponho-me a oferecer uma estrutura da doutrina da Escritura em estrita conformidade com o melhor das tradições teológicas que chegaram até nós, cuja expressão seja também adequada para o século 21. Se isso levar o leitor a se sentir ajudado a compreender com mais profundidade as ações de Deus na Escritura e por meio dela, e assim adorar ao Deus da Bíblia com mais segurança e alegria, meus propósitos terão sido alcançados.

1

DEUS E AS ESCRITURAS: UMA PERSPECTIVA BÍBLICA

A pergunta fundamental neste capítulo para a qual buscamos uma resposta é a seguinte: de acordo com a Bíblia, o que de fato acontece quando Deus fala? Precisamos ter clareza a esse respeito, para que seja verdadeiro e coerente o que venhamos a dizer sobre nossa compreensão da Bíblia como “Palavra de Deus”. Nossa atenção estará voltada para a forma como Deus se relaciona com as palavras, tanto faladas quanto escritas. Portanto, este capítulo apresenta um esboço de como a linguagem é fundamental para que entendamos quem são e o que fazem Deus e Cristo. Se essa maneira de apresentar o assunto parecer abstrata para alguns leitores, o quadro cujas peças serão reunidas aqui deverá ficar mais claro à medida que o capítulo for avançando.

A ação de Deus e suas palavras

O Antigo Testamento

Observa-se com frequência que as palavras e ações de Deus estão intimamente relacionadas na Bíblia. Dizer que Deus falou e

dizer que ele fez costumam ser a mesma coisa. Os exemplos que se seguirão foram extraídos deliberadamente de diferentes partes da Bíblia. Um dos exemplos mais claros se encontra nos relatos bíblicos da Criação. De acordo com a Bíblia, Deus cria por meio da fala: “Disse Deus: Haja luz. E houve luz” (Gn 1.3). Parece que aqui, quando Deus expressa o desejo de que a luz exista, e a vinda à existência da luz, são duas maneiras de descrever o mesmo acontecimento. Em Gênesis 1.6, ele diz: “Haja um firmamento no meio das águas”, e o versículo 7 acrescenta: “E Deus fez o firmamento”. À luz do versículo 3, os versículos 6 e 7 não parecem estar descrevendo duas ações diferentes. Não é que Deus primeiro dê expressão verbal a seu desejo de criar e depois, de fato, crie sem palavras. Uma leitura mais natural entende que os versículos 6 e 7 apresentam dois aspectos diferentes do ato divino único da Criação. O restante do capítulo 1 de Gênesis segue o mesmo modelo. Em alguns casos, o ato da fala divina é suficiente para um ato de criação, sem nenhum relato adicional em que Deus “faz” ou “cria” (como nos versículos 9 e 11, cada um dos quais termina com a simples descrição “E assim foi”). Em outros casos, suas palavras criadoras são seguidas de uma descrição sucinta a respeito do que aquele ato da fala realizou (“Deus fez/criou [...]”, v. 14-16,20,21,24-27).

Imediatamente depois da Criação, vem o relato da Queda, no qual a humanidade peca e, juntamente com o resto do mundo, incorre na maldição divina. Depois da criação da humanidade por meio de um ato de fala, aconteceu, de forma trágica, de a queda da humanidade ser também parcialmente precipitada pela linguagem. E, de fato, foi o que aconteceu. A serpente armou o bote contra a humanidade e, portanto, contra a ação de Deus na Criação pela palavra. A serpente pronuncia palavras que colocam em dúvida a realidade do que Deus havia de fato ordenado.